

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL – ACFOR COM O CONSÓRCIO PÚBLICO DE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA B – CPMRS/RMB

Aos dezoito dias mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h, no Auditório da ACFOR - Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental, situada na Avenida Antônio Sales, 1885, 1º andar, Dionísio Torres, Fortaleza, capital do Estado do Ceará, reuniram-se os seguintes representantes dos órgãos: Conselheiro Presidente da ACFOR - **Paulo Henrique Lustosa**; Superintendente do Consórcio CPMRS/RMB - **Elano Damasceno**; Secretária Executiva do Consórcio CPMRS/RMB - **Andressa Lima**; Prefeitura de Chorozinho - **Cidney Felício de Freitas**; Prefeitura de Chorozinho - **Thiago Lucas de Lima Lino**; Prefeitura de Chorozinho - **Francisco Marinho dos Santos**; Prefeitura de Maranguape - **Ítalo Renan F. Girão**; Prefeitura de Itaitinga - **Bruna de Araújo Jacó**; Prefeitura de Horizonte - **Renê Cordeiro Gomes de Freitas**; Prefeitura de Maranguape - **Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho**; Prefeitura de Pacajus - **Francisco Orlando Holanda Costa Filho**; Diretora de Resíduos Sólidos da ACFOR (em respondência) - **Olívia Teles Araújo Linhares**; Prefeitura de Itaitinga - **Arilo S. Veras Junior**. Inicialmente, eu, Simone Alves de Lima, Secretária do Conselho da ACFOR, assumo a secretaria dos trabalhos, por designação do Conselheiro Presidente Paulo Henrique Lustosa e concordância de todos os presentes. Empôs o Superintendente do Consórcio CPMRS/RMB, Elano Damasceno, iniciou a reunião esclarecendo que não terá apresentação, que a presente reunião é basicamente para ouvir dos Secretários, Técnicos presentes, o pensamento/posicionamento dos Prefeitos quanto ao Consórcio incluir o Município para continuar nas tratativas para o encerramento dos lixões. Na oportunidade, informou que esteve com alguns Prefeitos, e, neste azo, justificou a ausência do Secretário de Meio Ambiente de Guaiúba (Wellington), do Secretário Carlos Romário, e da Prefeita Isabella Fernandes. Na sequência, o Presidente da Autarquia de Meio Ambiente de Horizonte, Renê Cordeiro, informou que esteve reunido com o Prefeito de Horizonte e na ocasião justificou sua ausência na última reunião do CPMRS/RMB, em razão de estar participando de reunião do Comdema do Município, do qual é Presidente não pode se ausentar, mas que levantou alguns valores com ele (Prefeito), e que o mesmo pretende agilidade. Informou adicionalmente que foi comprado um terreno de 40 hectares e que realmente se pretende acabar com o Lixão de Horizonte, independentemente de ser em parceria com o Consórcio. Na ocasião, solicitou uma explicação acerca do documento que recebeu e que ficou na dúvida com relação aos valores, quanto irá onerar o município. Continuando, informa que já tem uma média de R\$ 884.000,00 (Oitocentos e oitenta e quatro mil reais) mensal da Coleta. Justificou que a Estação de Transbordo seria a melhor opção, que reconhece vários aspectos positivos, dentre eles, o fato do Ministério Público não vai estar em cima, não teria mais o valor p/Aterro Sanitário, o controle, e a questão do valor financeiro (média de 15 a R\$ 20.000.000,00) para construir um Aterro Sanitário, e que ainda não seria um Aterro Sanitário como era pra ser. Reiterou que a Estação de Transbordo seria a melhor opção. Sugere realizar uma reunião com os Prefeitos através de Videomonitoramento, acreditando ser mais fácil reuni-los para apresentar os valores. Na ocasião, o Sr. Arilo Veras (Semam de Itaitinga) sugere que todos sejam ouvidos. O Conselheiro Presidente concorda, e reitera/justifica, aos que não estiveram presentes na última reunião do CPMRS/RMB, que a ideia é que as Secretarias com as suas equipes técnicas voltassem com calma, fizessem uma análise crítica do ponto de vista técnico, trouxesse os seus questionamentos, sugestões, dúvidas, recomendações, para que com isso chegasse a um acordo, do ponto de vista técnico, quanto a viabilidade de submeter isso aos Prefeitos. Ressaltou que não é papel dessa reunião, citou o caso/posicionamento do Secretário de Horizonte, e o que gostaria de ouvir foi o que ouviu, quanto ao custo elevado que seria para construir um Aterro Sanitário (entendendo que a decisão do Secretário, é uma decisão técnica). A partir daí o Consórcio

vai sentar-se com os Prefeitos, individualmente, ou em Assembleia, informando que foi conversado com todos os Secretários, todas as áreas técnicas, e que não há nenhum Óbice técnico em relação a solução. Daí viria a decisão política do gestor. Reiterou o Conselheiro Presidente que o objetivo da discussão de hoje é de natureza técnica, e que os valores são estimados. Finalizando a sua fala, Renê Cordeiro, reiterou que o Município de Horizonte tem a opção de ter a Estação de Transbordo e reforçou que em conversa com o Prefeito, o mesmo tem interesse em construir a Estação de Transbordo. Na sequência, Dr. Elano Damasceno, destacou a importância de cumprir alguns prazos, algumas metas, se for decidido pela Licitação (por lançar o Edital) existem os prazos legais. Dito isso, defendeu que seria interessante resolver tudo ainda nesse semestre. Rememorou o que foi discutido na última reunião, até o final de setembro (ter toda a questão técnica realmente decidida), inclusive colocar a reunião com os Prefeitos de maneira virtual, para que até a 2ª quinzena de outubro seja lançado o Edital. Voltando a fala, Sr. Arilo Veras menciona a questão da viabilidade financeira e jurídica, ressaltou o trabalho que a AGACE vem realizando. Seguindo as discussões, o Engenheiro Ambiental de Pacajus, Orlando, partilhou que o Secretário Gutemberg falou com o Prefeito semana passada, o Prefeito gostou da ideia de levar os seus resíduos para Horizonte e de lá para Aquiraz, mas solicitou um pouco mais de tempo, em razão de que irá chegar (à tarde) técnicos da Revita (Aterro Sanitário de Pacajus) da iniciativa privada, e que os mesmos pretendem instalar um Aterro Sanitário em Itaipava (Zona Rural de Pacajus), 20km da sede, e que no dia seguinte tem uma agenda com o Prefeito de Pacajus. Esse Aterro Sanitário no EIA/RIMA informando que pretende receber resíduos de 25 Municípios (estimativa). Informou adicionalmente que houve uma reunião em maio com o Prefeito de Pacajus, em que ele deixou claro que pretende solucionar a disposição final de Pacajus, entretanto, gostaria de saber também se havia alguma contrapartida para Pacajus (no seu município sede). Continuando, Orlando partilhou que foi agendada uma outra reunião com os Prefeitos, para poder tomarem uma decisão em conjunto. Partilhou que, mês passado saíram 02 (duas) Licenças interessantes para Região Metropolitana de Fortaleza: uma foi a Licença de Operação de Aquiraz (já foi liberada – SEMACE) e também a Licença de Instalação da Revita para Pacajus, segundo o que foi conversado, leva cerca de 06 meses para instalar a 1ª célula (para receber os resíduos) e uma estimativa de 03 meses para o RO (Semace) Aterro Sanitário Regional. Lembrou também que uma Estação de Transbordo precisa de Licenciamento Ambiental, provavelmente será SEMACE, por se tratar de Resíduos. O Secretário de Meio Ambiente de Chorozinho e (Engenheiro Agrônomo) Francisco Marinho pontua sobre a conscientização dos Gestores. Em seguida, o Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo de Maranguape, Marquinhos Silva, esclareceu que esteve reunido com o Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado na semana passada e a pauta foi o encerramento do lixão de Maranguape, o do Amanari. Pontua acerca da atualização dos dados, em relação a Estação de Transbordo, e citou que atualmente o município tem a destinação para Maracanaú. Justificou que ia ter uma reunião com Dr. Elano na sexta-feira, mas o Prefeito Átila teve uma Audiência, mas que foi solicitado uma agenda, para tratar sobre o caso específico de Maranguape, em razão de ser uma área facionada, e após uma reunião que houve ficou decidido que iria encerrar esse lixão. Em seguida, Ítalo Girão (Assessor Especial da Semurb de Maranguape) partilhou que o município foi convocado pelo Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado do Ceará para assinar um Plano de Trabalho para encerramento do Lixão do Amanari. Ademais, no referido plano de trabalho entregue ao Ministério Público e ao TCE foram inseridos prazos, considerando inclusive os encontros/conversas, foi solicitado pelo município um prazo bem amplo, e informou também que esteve reunido na segunda-feira passada no TCE, onde esteve presente também Dr. Elano e pontuou que os documentos não foram aceitos no sentido de eles quererem que o encerramento dos lixões aconteçam imediatamente, o que foi proposto por parte do município a longo prazo, o MP e o TCE vão obrigar que aconteça de imediato, pois eles entendem que destinar o material que já é coletado para Maracanaú resolve o Lixão de Amanari. Acrescentou que os

referidos órgãos concordaram com a Estação de Transbordo (acharam viável) não dá para construir um Aterro Sanitário em Maranguape, inclusive já foi feito um orçamento (R\$ 21.000.000,00) e o município não dispõe desse valor, mas que o município concorda com a Estação de Transbordo, entretanto, estão diante de uma obrigação em termos de plano de trabalho junto ao MP e TCE de enviar todo o material todo para o Aterro Metropolitano Sul (Maracanaú). Voltando a falar, Sr. Arilo Veras pontuou que essas empresas que trabalham na área de Aterro Sanitário (são poucas no Ceará) elas investiram muito pesado na implantação de um Aterro Sanitário, e questiona o porquê essas empresas não investem também nas Estações de Transbordo, entendendo como parte integrante do processo (Coleta, Transporte e Destinação Final). Com relação ao questionamento levantado pelo Sr. Arilo Veras, com relação à contratação, o Conselheiro Presidente esclarece que a proposta é que a Licitação vai ser encontrada pela nova Lei de Licitação, com prazo de 5 anos, prorrogáveis por mais 5 anos, seria um contrato feito pelo Consórcio, o Contrato envolveria além de toda a operação, até a destinação final, à implantação dos equipamentos. Nesse sentido, dependendo de como a Assembleia de Prefeitos vai aprovar essa solução, porque tem duas possibilidades: uma para fins de pagamento: seria os municípios repassarem todo o valor devido diretamente para o Consórcio e o mesmo pagar a Empresa contratada (que ganhar a Licitação) ou os municípios pagarem as diferenças relativas ao custo de cada um, e ainda tem a possibilidade de o contrato ser feito pelo Consórcio, mas o Consórcio recebe a medição, faz todo o processo, manda para o município, e este liquida as despesas diretamente. Isso vai depender do acordo que os Prefeitos vão fazer entre eles, mas entende que a contratação deve ser feita pelo Consórcio em razão do volume. Na ocasião, Renê, presidente da Autarquia de Meio Ambiente de Horizonte, pergunta se tem alguma Estação de Transbordo que possa visitar. O Presidente respondeu positivo, citando a da Estação de Transbordo de Sobral. Na ocasião o Conselheiro Presidente partilhou que o Consórcio da Serra Grande realizará um evento lá em São Benedito (onde poderá visitar onde vai ficar o Aterro de Tianguá) e no percurso, passa em frente à ETR de Ubaúna. O Secretário Renê sugere/propõe, passado essa visita (final do mês) e munidos de informações, conversar com os Prefeitos, passar não só os valores, como a visita técnica, e marcar uma visita do Consórcio (Videoconferência). O Conselheiro Presidente, acata a sugestão, e justifica que a ideia é de chegar no fim do mês de setembro com o ok político. Como sugestão, o grupo poderá fazer uma visita/missão técnica (dias 25 e 26 de setembro) onde vai ser o Aterro de Tianguá, passar em frente a ETR de Ubaúna, combinando também com o Consórcio de Sobral. Voltando a falar, Orlando pontua que na reunião com os Prefeitos, independente da modalidade (virtual ou presencial) ressaltar as alternativas de receita, e citou o exemplo de Pacajus, que teve muito receio de dizer sim, sabendo que não tem esse valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a mais de saldo, justificando que atualmente o custo com a Limpeza Pública de Pacajus é de R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil) mês. Acrescentou que em Pacajus existe o Código Tributário de 2014 e que existe uma fórmula de tarifa de lixo. Em 2018 (anexo 3 do Contrato de Consórcio institui a tarifa de lixo e todos os Prefeitos assinaram quando se consorciaram, ou seja, em Pacajus existem duas Leis (2014 e 2018) que permite cobrar pelo serviço de Manejo de Resíduos Sólidos. O Conselheiro Presidente pontua que a ideia é de criar um problema, para buscar a solução. Senão o Estado não vai se animar a aumentar o percentual do IQM, ou identificar outras fontes, ou propor mecanismos, se não tiver um problema concreto. O Conselheiro Presidente pontuou que foi respondida às questões que foram levantadas, e conclui esclarecendo que a ideia, e mais do que justo, é realizar essas visitas técnicas, servindo para reforçar o argumento de todos para com os Prefeitos, chefes imediatos, e da parte da ACFOR, o próximo passo, tendo essa sinalização, entendendo que não foi decidido nada, que existem especificidades sobre Horizonte, Maranguape e Maracanaú, motivo pelo qual a Agência vai avançar em parceria com o Consórcio, no desenho dos instrumentos técnicos (Edital) para, quando houver a reunião com os Prefeitos, apresentar. Reiterou que a ideia é que a partir do que foi falado na presente reunião, considerando todas as ressalvas, a

ACFOR vai começar trabalhar junto com o Consórcio o Edital. Acrescentou que será preparada uma Minuta nessa Lei, para ser levada aos Prefeitos. Na ocasião, o Sr. Arilo Veras pergunta se seria contratação direta. Em resposta, o Conselheiro Presidente responde que será Licitação feita pelo Consórcio (Contratação direta pelo Consórcio) e a Regulação pela ACFOR, e complementa que desde o ano passado, foi mudada a Lei da Agência, porque até então não podia fazer a regulação de outros Municípios que não Fortaleza, e de acordo com o Novo Marco de Saneamento, abriu a possibilidade de que os Municípios contratem uma Agência para fazer a Regulação. Informou adicionalmente que, de acordo com o que está sendo discutido, será feito um processo incremental de solução do problema. A ideia é de encerrar o lixão (Meta 1). Meta 2 – Botar para funcionar as CMRs e regular desde grandes geradores Meta 3 – Recuperação da área ambiental degradada. Voltando a falar, o Engenheiro Ambiental, Orlando, esclareceu que os Municípios da Região Metropolitana receberam do Governo do Estado um Plano para a recuperação das áreas degradadas dos aterros sanitários. De acordo com a nova Lei da Licitação, existe a possibilidade, além da contratação ser feita por contratação integrada (onde a empresa ganha a Licitação ganha e pode atualizar o PRAD e executar o serviço, mas que esses devem estar defasados (Pacajus). O Superintendente do Consórcio, Elano Damasceno, comunicou que enviará ofício para os Municípios com a ata desta reunião. Na oportunidade informou também que está tramitando na Câmara, na Assembleia Legislativa, um projeto de indicação sobre o aumento de 1% de ICMS Ecológico. Ao final, O Conselheiro Presidente da ACFOR, Paulo Henrique, propõe até o fim do mês fazer a visita, e na 1ª quinzena de setembro (provavelmente dia 09) fazer outra reunião técnica, já com algumas minutas de Edital e uma ideia dos documentos técnicos, até o final de setembro com os Prefeitos. Por fim, não havendo mais manifestação, cumprido o desiderato da presente Reunião e por não haver mais assunto a ser tratado, discutido e/ou deliberado, bem como por estarem todos os representantes de acordo com a redação desta Ata, aprovando-a neste azo, deu-se por encerrada. Assim, eu, Simone Alves de Lima, que secretariei os trabalhos da reunião, faço a juntada da Lista de Presença dos participantes e lavro a presente Ata, que também vai assinada por Elano Feijó Damasceno, Superintendente do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos da Região Metropolitana B – CPMRS/RMB, e Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa, Conselheiro Presidente da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR.

ELANO FEIJO
DAMASCENO:38450046300Assinado de forma digital por ELANO
FEIJO DAMASCENO:38450046300
Dados: 2025.09.10 12:32:24 -03'00'**ELANO FEIJÓ DAMASCENO**
SUPERINTENDENTE Documento assinado digitalmente **SIMONE ALVES DE LIMA**
Data: 10/09/2025 15:34:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>**SIMONE ALVES DE LIMA**
SECRETÁRIA DO CONSELHO DA ACFOR

Documento assinado digitalmente

**PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA**
Data: 10/09/2025 14:52:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>**PAULO HENRIQUE LUSTOSA**
CONSELHEIRO PRESIDENTE
ACFOR